

O Papel da Educação na Formação da Identidade do Sujeito Sem-Terra

 Mayara Duarte Pelegrini¹,  Maria Simone Ferraz Pereira²

^{1, 2} Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Faculdade de Educação/FACED. Avenida João Naves de Ávila, 2121, Santa Mônica. Uberlândia - MG. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: mayara.duarte.udi@gmail.com

RESUMO. Este artigo focaliza o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e mais estritamente a constituição da identidade desses sujeitos pertencentes ao movimento, buscando vislumbrar o movimento social como princípio formativo. Por meio de um levantamento bibliográfico, discutiu-se como os movimentos sociais se constituem em uma conjuntura de disputa, sendo, essencialmente, processos político-sociais. É importante destacar que o MST nasce das lutas concretas de sujeitos que, ao viverem essas lutas na pele, se rebelaram contra os processos de exclusão, engendrados pelo modelo capitalista neoliberal. Por meio da luta pela terra e de sua dinâmica de organização e de iniciativas, pautadas na coletividade e no pertencimento ao movimento social, o MST apresenta a possibilidade de construção de um novo projeto popular de desenvolvimento para o país. A formação dos sujeitos sem-terra se dá nas vivências dentro do movimento, na experiência da luta e da organização coletiva, que lhes conferiram um sentido maior que o individual e os inseriram numa perspectiva comum de vida. Por isso, falar sobre um projeto educativo do/para o campo significa pensar nos sujeitos que lutam e trabalham na terra, e veem nela sua vida e seu trabalho. A formação neste contexto é um fazer-se humano, um ser que constrói e é construído em um movimento de luta social.

Palavras-chave: MST, princípio formativo, identidade.

The place of Education in the Formation of the Landless Subject's Identity

ABSTRACT. This paper discuss the Landless Workers Movement (MST), and the constitution of the identity of these subjects belonging to the movement, seeking to envision the social movement as a formative principle. Through a bibliographic survey, it was discussed how social movements are constituted in a conjuncture of dispute, being essentially, political-social processes. We emphasize that the MST is born from concrete struggles, from subjects who, by living in their skin, rebelled against the processes of exclusion, engendered by the neoliberal capitalist model. Through the struggle for land and its dynamics of organization and initiatives, based on collectivity and belonging to the social movement, the MST presents the possibility of building a new popular development project for the country. The formation of landless subjects takes place in the experiences within the movement, which gives them a greater meaning than the individual, and inserts them into a common perspective of life, and thus, talking about an educational project from/to the countryside, it means thinking about the subjects who fight and work on the land, and see their life and work in it. The formation in this context is a human doing, which builds and is built in a movement, of social struggle.

Keywords: MST, formative principle, identity.

El papel de la educación en la formación de la identidad del sujeto sin tierra

RESUMEN. Este artículo se centra en el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), y en la constitución de la identidad de estos sujetos pertenecientes al movimiento, buscando visualizar el movimiento social como principio formativo. A través de un levantamiento bibliográfico, se discutió cómo los movimientos sociales se constituyen en un contexto de disputa, siendo esencialmente procesos político-sociales. Resaltamos en el texto que el MST nace de luchas concretas, de sujetos que viviendo en su piel, se rebelaron contra los procesos de exclusión engendrados por el modelo capitalista neoliberal. A través de la lucha por la tierra y su dinámica de organización e iniciativas, el MST presenta la posibilidad de construir un nuevo proyecto de desarrollo popular para el país. La formación de sujetos sin tierra se da en las vivencias dentro del movimiento, que les otorga un sentido mayor que el individual y los inserta en una perspectiva común de vida, y así, hablando de un proyecto educativo desde/hacia el campo, significa pensar en los sujetos que luchan y trabajan en la tierra, y ven en ella su vida y trabajo. La formación en este contexto es un hacer humano, que construye un movimiento de lucha social.

Palabras clave: MST, principio formativo, identidad.

Introdução

Este trabalho visa discutir o papel da educação na formação da identidade do sujeito sem-terra pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em uma perspectiva que possibilita compreender o movimento social como uma matriz formativa, cuja educação permeia e está presente em todos os processos sociais, como uma ação coletiva, no qual o aprendizado se dá no bojo das relações sociais.

Para tal, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, buscando apreender o que já foi produzido. A pesquisa bibliográfica permitiu que se construísse uma base sólida sobre o tema e que tivesse uma compreensão sobre o que já foi pesquisado na área, possibilitando a elaboração de uma fundamentação teórica que desse condições para o desenvolvimento do trabalho, a fim de sustentar as proposições levantadas.

Neste trabalho, procurou-se aprofundar a discussão sobre o MST e o lugar da educação na formação da identidade dos sujeitos pertencentes ao movimento a partir das análises de Caldart (2000a; 2000b; 2001), Arroyo e Fernandes (1990), Fernandes (2008); Baldi e Orso (2013), Schwaab e Caldart (1990), Freire (2014), Neto (2016) e Mariano (2019). Para tanto, retomou-se o conceito de movimento social apresentado por Gohn (1997), buscando contextualizar e compreender as transformações históricas vivenciadas pelo Movimento.

A compreensão do vínculo que se estabelece entre o movimento social, que luta pelo direito à terra, e a constituição da individualidade dos sujeitos, como dinâmica de formação humana e que tem no processo educativo, entre eles a escola, um dos seus pilares, possibilita ampliar a visão sobre outras formas de relação e de organização social, que se materializa em uma outra forma de se pensar a educação, imbricada com a realidade e com as contradições e as lutas a ela inerentes. Dentro desse escopo, que este trabalho se apresenta como um recorte de uma pesquisa de mestradoⁱ, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação, na Universidade Federal e Uberlândia.

Por meio da luta pela terra, via reforma agrária e com as ocupações de latifúndios como a principal forma de mobilização, o MST deu início a uma nova forma de se organizar socialmente, pautado no pertencimento e na coletividade. Com suas iniciativas, vem mostrando a possibilidade de novas relações sociais e de produção.

Segundo Fernandes (2008, p.8),

O MST é o movimento camponês mais atuante na luta pela terra no Brasil. Nessas três décadas de existênciaⁱⁱ do Movimento, dezenas de outros movimentos surgiram. Em 2008, o número de movimentos camponeses na luta pela terra era noventa e três (Massaretto, 2008).

O crescimento do número de movimentos intensifica a disputa territorial que tem à frente o MST, que é responsável por 63 por cento das famílias que lutaram por terra.

Ao se buscar a efetivação da reforma agrária no país, o Movimento luta por uma democratização do espaço rural com uma redistribuição mais justa das terras, visando assegurar que uma maior quantidade de propriedades pertençam aos trabalhadores do campo e que a terra cumpra, assim, sua função social.

A vivência em um movimento social, e em específico o MST, promove a construção de aprendizados coletivos que vão se materializando em novas formas de vida e de cultura, e representam uma ruptura com antigas visões de mundo e de sociedade. Nesse sentido, Caldart (2001, p. 211) afirma que

Sem Terra é um nome próprio que identifica hoje um sujeito social e um processo de formação humana – Sem Terra é mais do que sem-terra –, exatamente porque é mais do que uma categoria social de trabalhadores que não têm terra; é um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica e uma cultura de luta e de contestação social.

A educação dentro dessa perspectiva é entendida como um processo de formação da pessoa humana, em seu sentido mais amplo, que vai além de saberes científicos, trazendo também uma formação social, política, cultural e intelectual dos sujeitos, vinculada às experiências da vida e do movimento social. Por isso, a educação está ancorada em uma visão de mundo e de sociedade com um dado projeto político, no qual “o MST propõe uma escola e uma pedagogia em movimento, retomando a tarefa de contribuir para a formação de sujeitos sociais: os trabalhadores rurais sem-terra” (Baldi & Orso, 2013, p. 282).

O projeto educacional do Movimento é herdeiro das lutas históricas pelo direito a uma educação pública no país, entendendo que é fundamental a criação de escolas nos assentamentos, visto que essas se fazem como espaço de socialização dos indivíduos e de apropriação do saber histórico construído pelas civilizações, bem como de formação humana e de conscientização da classe trabalhadora. Dessa forma, “as escolas do MST têm como objetivo a formação de lutadores(as), construtores(as) de uma nova sociedade, o que exige mudança da forma e do conteúdo da escola, bem como do papel dos(as) educadores(as)” (Mariano, 2019, p. 175).

Nesse sentido, o ensinar parte do princípio de possibilitar que os sujeitos tenham os instrumentos para que resistam aos processos de desenraizamento que a sociedade capitalista promove, inserindo-os nessa problemática, em um diálogo constante com o coletivo, já que “o

próprio movimento social é educativo, forma novos valores, nova cultura, provoca processos, em que desde a criança ao adulto novos seres humanos vão se constituindo.” (Arroyo & Fernandes, 1999, p. 14).

Dito isso, pretende-se, inicialmente, discutir o conceito de movimento social e o projeto de educação dos trabalhadores, para que possamos entender como o movimento dos trabalhadores sem-terra se constituiu dentro de uma conjuntura sócio-política de luta pela terra. Nesse aspecto, o processo de luta, empenhada pelo Movimento, foi se conscientizando de outras questões para além da reforma agrária, desdobrando-se para um enfrentamento mais amplo, de reivindicação por direitos, no qual a educação assumiu um caráter fundamental de formação e de possibilidade de resistência.

Assim, articular o movimento social como princípio formativo e de constituição da identidade dos sujeitos pertencentes ao MST, que possui no processo educativo uma centralidade se faz necessário, pois esse princípio possibilita uma reflexão sobre a realidade material e as estruturas sociais, promovendo uma desnaturalização dessas realidades e colocando-as como passíveis de transformação.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra: contextualização histórica e política

Para que se possa ter uma compreensão sobre o movimento social, em específico, o dos trabalhadores sem-terra, é necessário primeiramente elucidar o que se entende aqui por movimento social, pois esse apresenta significados diferentes, dependendo da concepção da qual se parte e se faz como uma construção histórica, imbricada nas lutas sociais, vinculadas à materialidade concreta da sociedade civil.

Na atualidade, as diferentes análises dos movimentos sociais são fruto, segundo Gohn (1997, p. 243) de três fatores: primeiro “... mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais; segundo: mudanças nos paradigmas de análise dos pesquisadores; terceiro: mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais.”

Ressalvadas essas questões, parte-se aqui da explanação dada pela autora, que define os movimentos sociais como

... ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e

político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. (Gohn, 1997, p. 251).

Nesse sentido, esses movimentos se fazem dentro de uma conjuntura de disputa e são, essencialmente, processos político-sociais, cuja identidade é construída mediante o compartilhamento de valores culturais e políticos pelos grupos em questão, mediante a criação de espaços coletivos, e fundada sob o princípio da solidariedade.

Cabe aqui estabelecer que o MST se faz como um movimento camponês moderno, dentro da categoria analítica dos “novos movimentos sociais”. Fernandes (2008) afirma que isso se dá tanto pela independência com relação a partidos, governos e outras instituições que contribuíram para a sua construção como, por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT); como também pela sua capacidade de acompanhar as transformações nas conjunturas políticas, uma característica relevante no contexto e nos espaços políticos por eles ocupados e na sua resistência aos ataques do capital.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra nasce das lutas concretas de sujeitos que se rebelaram contra os processos de exclusão, engendrados pelo modelo capitalista neoliberal, que, com suas formas de resistência e de enfrentamentos, com a busca por resgatar sua dignidade e seus direitos, a terra e ao trabalho, constroem novas formas de relação e de produção sociais, mostrando que há outras possibilidades de se relacionar e de se construir uma sociedade com justiça social para todos. Arroyo e Fernandes (1999, p.20) afirma que

... é uma característica dos movimentos sociais ser feita por sujeitos, valorizar as pessoas, respeitar suas diversidades, seus direitos. Então, a primeira característica: vincular a educação com os direitos, e vinculando a educação com os direitos, vincular a educação com os sujeitos. Os sujeitos concretos, históricos, tratados como gente na escola. Como é forte ver os rostos dos sem-terra erguidos, orgulhosos de sua condição, seguros dos direitos pelos quais lutam.

Dito isso, “o MST vai disputar territórios com seu principal oponente: o agronegócio. Essa disputa é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola” (Fernandes, 2008, p. 3).

No contexto político-social da América Latina, as políticas que visam implementar a reforma agrária encontram no agronegócio o maior obstáculo, pois defende que essa seja viabilizada dentro do seu controle, ou seja, sem conflitos de classe, configurando-se, assim, uma “reforma agrária de mercado”, que a retira da esfera política e a coloca dentro o âmbito da economia capitalista.

Gohn (1997, p. 12) afirma que “os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e das organizações sociais. Na maioria das vezes, eles estão questionando essas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política”. É nesse espaço de contestação e de resistências, na defesa por novas formas de organização social, que o MST vem assentando suas lutas.

O contexto agrário brasileiro é marcado historicamente pela formação de grandes latifúndios que, ao concentrarem a posse da terra nas mãos de poucos, promoveram uma exclusão da grande massa da população. Nesse sentido, é necessário resgatar a Lei de terras de 1850 que, visando regularizar a situação fundiária no país, estabeleceu a cobrança de taxas para a regularização da propriedade, o que “impedia que os ex-escravos, os pobres, os posseiros e os imigrantes pudessem se tornar proprietários e, por outro, garantia a mão de obra assalariada necessária aos latifúndios” (Baldi & Orso, 2013, p. 276).

A reformulação dessa lei, o Estatuto da Terra, foi feita em 1964, visando acalmar a efervescência de movimentos que reivindicavam o direito à terra. Essa reformulação também previa “os direitos e as obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para os fins de execução da Reforma Agrária e da promoção da Política Agrícola” (Lei nº 4.504, 1964). Contudo, o ponto eixo de reivindicação popular e que foi abarcada nessa Lei, que era a reforma agrária, nunca foi, de fato, efetivada.

A questão agrária é um problema estrutural, fruto dos processos de exclusão inerentes ao capitalismo, originando-se da sua lógica de expansão e de acumulação irrestrita do capital, que produz mecanismos de seleção, de desigualdades, de expropriações, e que acaba por excluir e/ou subjugar o campo. Desse modo, Fernandes (2008, p.1) afirma que,

... por essa razão, as relações entre campesinato e capital são de conflitualidades permanentes e explicitadas, de um lado, pela subalternidade do campesinato ao capital e pelo poder que o capital tem, de acordo com os seus interesses, de destruir e recriar o campesinato e, de outro lado, pela resistência do campesinato em determinar sua própria recriação por meio das ocupações de terra.

Diante dessa situação, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) começa a se formar no final dos anos 1970, mas tem seu surgimento oficialmente durante os anos de 1980, em consonância com o processo de redemocratização brasileira, com o marco no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem-Terra, em 1984, quando foram estabelecidos alguns pontos de defesa e de articulação do movimento, vinculados ao direito à terra. Assim, “o movimento social no campo representa uma nova consciência dos direitos, à terra, ao

trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação”. (Arroyo & Fernandes, 1999, p. 18).

Um fato importante e que moldou a construção do MST foi a fundação da Via Campesina, em 1993, que se moldou como um movimento internacional, que auxilia movimentos camponeses de trabalhadores rurais, de mulheres e de comunidades indígenas e negras, e do qual o MST faz parte. Com isso, a nomenclatura camponês se fez presente e foi se tornando significativa ao longo da história do movimento, em que “esta definição fortaleceu a identidade do MST como movimento camponês. E esse fortalecimento acentuou a questão territorial da luta. Um movimento camponês não existe sem os territórios do campesinato”. (Fernandes, 2008, p. 2).

O histórico de enfrentamentos e de conquistas do MST evidencia a força e a importância que esse movimento assumiu no cenário político, econômico e social do país e de milhares de famílias assentadas, e que hoje compõem e vivenciam a lua pela terra. Caldart (2000a, p.3) faz um balanço desse projeto de desenvolvimento popular para o Brasil, em que

Nos 16 anos que completa na entrada dos anos 2000, o MST contabiliza um número de aproximadamente 250 mil famílias assentadas e de 70 mil famílias acampadas em todo o Brasil. Quantidades pequenas diante da realidade das mais de 4,5 milhões de famílias sem-terra existentes no país, mas significativas, dado o formato histórico da questão agrária entre nós e a dignidade humana construída através destes números. O MST já registra em sua história áreas conquistadas do latifúndio que se tornaram lugares de vida e de trabalho para muitas famílias, e de produção de alimentos para mais outras tantas.

Falar sobre um projeto educativo do/para o campo significa pensar nos sujeitos que lutam e trabalham na terra e veem nela sua vida e seu trabalho. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra se faz como o principal movimento de luta dos trabalhadores rurais e, por meio de suas práticas e formas de resistência e de enfrentamento, vem mostrando novas possibilidades de organização social coletiva, pautadas no entrelaçamento entre a reforma agrária e a educação.

O Papel da Educação no Contexto do Movimento

A educação dentro desse contexto se faz imbricada ao movimento social, que, ao vislumbrar um projeto popular para o campo, encontra um sentido e uma razão para se lutar também por um projeto popular de educação, que diga respeito às vivências dos homens, mulheres e crianças do campo para que ali possam permanecer e fortificar suas raízes. Assim,

é nesse movimento social de luta que se formam novos indivíduos, comprometidos com a causa rural, porque dela são frutos e dela se constroem.

Nesse sentido, Arroyo e Fernandes (1999, p. 14) traz que

Estamos querendo vincular educação com o movimento social, o que significa isso? Significa que acreditamos que somente a educação se tornará realidade no campo se ela ficar colada ao movimento social. Mais ainda, acreditamos que o próprio movimento social é educativo, forma novos valores, nova cultura, provoca processos em que, desde a criança ao adulto, novos seres humanos vão se constituindo.

Dessa forma, é o próprio movimento social o espaço de organização e de formação desses sujeitos, “uma das matrizes pedagógicas fundamentais na reflexão de um projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão e desigualdade social” (Caldart, 2000a, p. 6), o princípio formativo que constitui a educação defendida e realizada no campo.

De acordo com Neto (2016, p. 7),

Essa mudança era compreendida por eles, como condição *sine qua non*, para o desenvolvimento da nação e, ao mesmo tempo, como a possibilidade de diminuição da exploração sobre os trabalhadores, através de uma pedagogia que visasse à fixação do homem no campo, tal como expresso em vários documentos do chamado “movimento por uma educação do campo”.

A pedagogia preconizada e construída pelo Movimento se faz sob uma perspectiva pedagógica de resistência, feita na organização das famílias pertencentes ao MST na luta pela reforma agrária. Mariano (2019) define essa pedagogia da resistência como um conjunto de processos e de planos contra hegemônicos, construídos no bojo dos movimentos populares e sindicais, como forma de embate às proposições neoliberais e conservadoras.

As situações, que aconteciam nos assentamentos, entravam na rotina das salas de aula, mobilizando as crianças e os professores para a realidade que se fundia com os aprendizados e com as necessidades do cotidiano do movimento. Assim, segundo Schwaab e Caldart (1990, p. 15),

Essa mistura entre o que ocorria no acampamento como um todo e o que ocorria na sala de aula, aos poucos fez surgir entre pais, professores e crianças, um novo entendimento do processo educativo. Bernadete relembra: “Foi aí que abrimos nossa cabeça pra lutar por uma educação diferente, voltada à nossa realidade de acampados. A gente quer que as crianças compreendam tudo o que está acontecendo ao seu redor e participem desse processo de mudança...”

Esses sujeitos formam e são formados dentro e pelo movimento, com todas as suas contradições, ideologias e lutas, o que possibilita identificação e pertencimento a esse

movimento, que vai construindo suas identidades como trabalhadores sem-terra, imbricados a uma história coletiva, a qual vivenciam e constroem suas experiências cotidianas.

Neste sentido, o educar é um constante processo que se dá em todas as instâncias sociais, culturais e políticas da vida e a escola é apenas mais um, no qual o espaço escolar, dentro dessa concepção, deve ser pensando como espaço de lutas, vinculado às comunidades, aos sindicatos e aos movimentos sociais, extrapolando a sala de aula. Arroyo e Fernandes (1999, p. 22) aponta que

A escola é mais um dos lugares onde nos educamos. Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na vivência cotidiana. E a escola, que tem a fazer? Interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade.

Uma educação no/com o movimento social, preconizada nos assentamentos e nas ocupações do MST, é fruto das lutas e das resistências de sujeitos vivos e em constante transformação, e que produzem contestação e entendimento do lugar no qual se inserem no mundo, descortinando a realidade que vivenciam e desnaturalizando as situações sociais, colocando-as, assim, como passíveis de transformação. A integração ao seu contexto, resultante de estarem não apenas nele, mas com ele, os enraíza, fazendo deles um ser situado e datado. (Freire, 2014).

De acordo com Mariano (2019, p.178), “a educação precisa ser pensada/realizada desde conexões fundamentais na constituição histórica do ser humano: vida produtiva (trabalho na produção das condições materiais de existência), luta social, organização coletiva, cultura, história.”, sendo entendida como um processo amplo de formação humana, que conecta a história e a existência de cada indivíduo à luta histórica do Movimento.

Dessa forma, a escola do MST nasceu imbricada às necessidades presentes nos acampamentos, ao entender que esses eram construídos por famílias, e que a educação dessas crianças era um imperativo para que pudessem permanecer no campo. A primeira escola oficialmente reconhecida foi fruto da iniciativa de uma professora assentada, que passou a articular a criação de uma escola estadual que atendesse as crianças no Fundamental 1, e que foi legalizada em 1984 no Assentamento de Nova Ronda Alta. (Schwaab & Caldart, 1990, p. 13).

A escola no MST possui uma conotação mais ampla e vai além da própria escola, nesse sentido, Caldart (2000b) traz a ideia de ocupar a escola no sentido de trazer a consciência da importância de estudar, como forma de resistência e de luta, mas também de incorporá-la ao movimento, na formação de sujeitos na luta popular, comprometidos com esses princípios.

Ao se ocupar a escola, essa passa a pertencer aos sujeitos e dizer sobre eles, sobre suas histórias, lutas e saberes, se conectando com a vida e com suas dinâmicas e contradições, pois um ensino libertador possibilita a construção por parte dos alunos de um conhecimento histórico, que estabelece vínculos com as vivências que eles têm na comunidade, que os coloca como sujeitos em movimento de suas próprias trajetórias, compreendendo-as dentro de um contexto político e econômico, capazes de conhecer para, assim, intervir no mundo. (Freire, 2014).

Segundo Mariano (2019, p. 177):

Neste percurso, o Movimento foi compreendendo coletivamente a necessidade de ocupar os latifúndios e conquistar a Reforma Agrária popular, mas também de ocupar a escola pública no sentido de sua apropriação pela classe trabalhadora, forjando um projeto educativo, com fundamentos e práxis pedagógicas próprios, chamada de pedagogia do MST.

A criação do Setor da Educação em 1987 evidencia a importância atribuída à escola pelo movimento, entendendo o papel que essa pode desempenhar na construção de um projeto popular de nação e na formação das famílias sem-terra. Dessa forma, “fica claro que está em jogo a questão mais ampla da cidadania do trabalhador rural sem-terra, que entre tantas coisas inclui também o direito à educação e à escola.” (Schwaab & Caldart, 1990, p. 11).

Assim, percebe-se dentro do próprio movimento que a instrução de professores que sejam comprometidos e engajados com o movimento se faz fundamental, por isso o próprio MST promove cursos de formação docente, visando ao desenvolvimento de um ensino científico vinculado à realidade do campo e dos alunos, já que “não se tratava de excluir qualquer professor que não fosse acampado, mas sim de exigir que cada professor – viesse de onde viesse – passasse a ter um comprometimento real com as crianças e com a comunidade”. (Schwaab & Caldart, 1990, p. 16).

Nesse aspecto, um ponto importante e que representa a imbricação, a presença e a voz ativa das crianças e de jovens no movimento e na luta pela educação são os Encontros dos Sem Terrinha, que se fazem como “atividades regionais, estaduais ou nacional em que reúnem crianças e adolescentes para estudarem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e para

construírem ações de reivindicação como marchas, passeatas, audiências de negociação com governos”. (Mariano, 2019, p. 177).

Percebe-se que todo o processo formativo do MST está conectado à cultura e às vivências do movimento social, e assim “a escola se vincula, sobretudo, às matrizes culturais do povo, da comunidade às matrizes culturais do campo. Se vincula às mudanças culturais que o movimento social provoca.” (Arroyo & Fernandes, 1999, p. 22).

A formação nesse contexto é um fazer-se humano, que constrói e é construído em um movimento de luta social, assumindo a sua identidade cultural e valorizando-a, bem como as experiências vivenciadas na comunidade, construindo a sua presença no mundo ao estar junto com outros sujeitos, cujo princípio educativo é o próprio movimento. Nesse sentido, Caldart (2001, p. 210) afirma que

Trata-se de olhar para o MST como lugar da formação do sujeito social sem-terra, e para a experiência humana de ser do MST, e participar da construção da coletividade sem-terra, como um processo de educação, que é também um modo de produção da formação humana, tanto mais significativo do ponto de vista social, político e pedagógico, por ser movido por uma luta social centrada em questões de vida e morte e de vida inteira, porque vinculadas às raízes de um processo de humanização mais profundo: terra, trabalho, memória, dignidade.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra se faz também como um movimento pedagógico, ancorado na formação de sujeitos sociais, comprometidos com a luta, com as raízes populares e culturais do campo, cujas histórias e vivências dos homens e mulheres são conectadas a um sentido mais amplo, que vincula suas experiências individuais, ao movimento social.

Mariano (2019, p. 178) afirma que a pedagogia do MST se faz

como uma forma de trabalhar com diferentes práticas e teorias da educação, historicamente construídas, desde os interesses sociais e políticos dos(as) trabalhadores(as), tendo a dinâmica do Movimento (suas questões, contradições, necessidades formativas da luta e do trabalho) como referências para construir sínteses próprias, igualmente históricas e em movimento.

É na constituição desse vínculo das vivências coletivas, que perpassam cada família e cada indivíduo pertencente ao movimento, com a história da luta social que eles representam e constroem, que se configura a coletividade sem-terra, vivenciada no cotidiano e na participação nas ações do MST.

O movimento social e a formação da identidade sem-terra

Percebe-se, com o que foi exposto até aqui, que a lógica presente no MST extrapola a questão fundiária, buscando um sistema social e de produção mais igualitário, que promova uma redistribuição de renda e assegure o acesso de todos às condições materiais de existência, já que “lutar pela reforma agrária, significa lutar por todas as dimensões do território, dentre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato”. (Fernandes, 2008, p.3)

Assim, pensar em uma política que implemente de fato uma reforma agrária, fora de uma lógica do capital que “mercadoriza” a terra, não envolve somente uma ação do Estado, mas também parte de uma ação dos movimentos sociais camponeses, em que, por meio da luta pela terra, se realiza a reforma agrária.

Neste sentido, Neto (2016, p. 121) aborda que

O MST destaca-se, também, por sua organização, disciplina e pelas lutas sociais que desenvolve, visando construir uma sociedade sob novas bases socioculturais, econômicas e políticas, cujo fundamento maior, pelo menos para os dirigentes mais expressivos como Stédile, é o homem e não o lucro produzido pelo capital.

Nesse sentido, acredita-se que seja importante a compreensão das características inerentes ao movimento para que se possa vislumbrar a formação dos sujeitos que se dá no seio desse movimento, como a radicalidade na construção da luta e das pessoas que essa formação envolve; a pluralidade dos aspectos em que atuam; a união de várias formas de organização para dar conta de todas as dimensões que abarcam e a habilidade que vem sendo desenvolvida de universalizar suas pautas, possibilitando a identificação de populações historicamente excluídas (Caldart, 2001).

Por meio da luta pela terra e de sua dinâmica de organização e de iniciativas, pautadas na coletividade e no pertencimento ao movimento social, o MST apresenta a possibilidade de construção de um novo projeto popular de desenvolvimento para o país. A vivência na luta pela reforma agrária proporciona aos sujeitos a construção de aprendizados e de significados coletivos, que vão rompendo com as formas de vida prévias, pautadas nas demandas do grande capital, formando, assim, uma identidade dos trabalhadores sem-terra.

Com isso, Caldart (2000b, p. 26) afirma que

Este sem-terra, formado pela dinâmica da luta pela Reforma Agrária e do MST, pode ser entendido também como um novo sujeito sociocultural, ou seja, uma coletividade cujas ações cotidianas, ligadas a uma luta social concreta, estão produzindo elementos de um tipo

de cultura que não corresponde aos padrões sociais e culturais hegemônicos na sociedade capitalista atual, e na brasileira em particular, inscrevendo-se no que poderíamos talvez chamar de um movimento sociocultural que reflete e prepara mudanças sociais mais profundas.

Homens e mulheres pertencentes ao MST trazem consigo histórias de vida e de luta próprias, oriundas das mais diversas regiões e culturas do Brasil, trazem essa diversidade de visões de mundo, bem como de conflitos, exclusões e preconceitos sofridos, que marcam a formação do povo brasileiro para dentro da constituição do movimento. Assim,

Através da trajetória específica da educação escolar nos Acampamentos e Assentamentos, podemos percorrer o processo educativo pelo qual o MST vem construindo sua identidade histórica e que vem culminar, exatamente, na necessidade de um projeto consciente e organizado de educação das novas gerações, tendo em vista tornar possível um salto histórico capaz de incorporar todas as lições da luta que vêm sendo travadas. (Schwaab & Caldart, 1990, p. 27).

A formação dos sujeitos sem-terra se dá nas vivências dentro do movimento, na experiência da luta e da organização coletiva, que lhes confere um sentido maior que o individual e os insere numa perspectiva comum de vida. Na busca pelo direito ao trabalho, que se contrapõe aos processos de exclusão social, constrói-se um novo modo de viver. Assim,

Junto com a herança (de classe, de etnia, de cultura) vem, então, a construção da nova identidade, exatamente a passagem da condição de ser um trabalhador sem a terra, do sul ou do norte, de origem europeia, cabocla ou negra, à condição de ser um trabalhador sem-terra, ou seja, a categoria social que se vê e é vista nesta condição; nesta mesma passagem a segunda, aquela que constitui o sujeito social Sem Terra, com a identidade de quem decidiu criar uma organização e lutar coletivamente pelo que lhe falta para ser o que mais sabe ser, um trabalhador da terra. (Caldart, 2000b, p. 79).

A escolha pela forma de se lutar pela terra, por meio das ocupações, fez com que fossem sendo construídos aos poucos os princípios e as formas de se organizar em torno desse modelo, que trouxe famílias inteiras para o movimento, formando-se, assim, um método bastante específico de educação popular, sendo a ocupação a própria existência e experiência do MST, e que vai possibilitando a constituição dos assentamentos.

A ocupação marca o processo de organização dos sujeitos na participação da luta pela terra, um ato de resistência contra a situação de opressão e de exclusão, vivenciadas por esses trabalhadores, e que inaugura uma nova forma de se organizar coletivamente as questões da vida cotidiana e que abre novas formas possíveis de produzir e de existir como comunidade, e

“nela está contida o que talvez se possa chamar de matriz organizativa MST, e, por isso, se constitui também como uma matriz educativa”. (Caldart, 2000b, p. 102).

Nesse aspecto, a escola pela qual o MST luta se faz como

Uma escola onde se educa, partindo da realidade; uma escola onde professor e aluno são companheiros e trabalham juntos – aprendendo e ensinando; uma escola que se organiza, criando oportunidades para que as crianças se desenvolvam em todos os sentidos; uma escola que incentiva e fortalece os valores do trabalho, da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor à causa do povo. Uma escola que tem como objetivo um novo homem e uma nova mulher para uma nova sociedade. (MST, 1991, p. 31).

Dito isso, o processo de formação do sujeito sem-terra é um movimento educativo, de formação da pessoa humana, que se faz imbricado às vivências do/com o movimento social. Nesse sentido, a educação é uma categoria central no movimento, pois consiste em uma reflexão sobre a realidade existencial e uma compreensão das estruturas sociais, bem como do porquê e de como essas estruturas se dão na sociedade, para que possam ser modificadas, e assim mais justas e igualitárias.

Baldi e Orso (2013, p. 281) traz que

A proposta de educação do MST tem dois objetivos centrais: um é desenvolver a consciência crítica dos alunos, por meio de conteúdo que leve à reflexão e à aquisição de uma visão de mundo ampliada e diferenciada do discurso oficial e a transmissão e a construção da história e do significado da luta pela conquista da terra e da reforma agrária; o outro é desenvolver atividades que visem à capacidade técnica dos alunos para a experiência de trabalho produtivo, com uso de técnicas alternativas que contribuam para o avanço coletivo; exercícios práticos nas áreas de conhecimentos necessários ao desenvolvimento total do acampamento/assentamento.

Percebe-se, assim, que a educação bem como as escolas são integradas à ação formativa do movimento que se faz na formação de sujeitos sociais, que possuem uma identidade coletiva de trabalhadores rurais sem-terra. A própria forma de luta, por meio do ocupar, de construir uma ocupação/assentamento, tem em si um caráter educativo de formação de uma consciência de classe para o movimento social.

Em virtude disso, Caldart (2000b, p. 205) afirma que

Há duas dimensões fundamentais a serem compreendidas no processo de formação dos sem-terra ligados ao MST: a que vincula cada família sem-terra à trajetória histórica do Movimento e da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, tornando-a fruto e raiz (sujeito) desta história; a que faz de cada pessoa que integra o MST um ser humano em transformação permanente, à medida que sujeito (também condicionado a) de vivências coletivas que exigem ações, escolhas, tomadas de posição, superação de limites, e assim conformam seu jeito de ser, sua humanidade em movimento.

Esse entrelaçamento se produz como um processo de formação humana, que se materializa em experiências e em formas específicas de se gerar e de se relacionar, criadas no seio dessa dinâmica, e que tem no próprio movimento social a sua fonte e o princípio educativo e formativo, que enraíza os indivíduos dentro de uma coletividade.

Considerações finais

O MST, por meio de suas iniciativas de luta, pautadas nas ocupações e nas marchas, busca, para além da reforma agrária, a construção de um projeto popular para o Brasil a partir da mobilização dos trabalhadores. As formas de organização nos assentamentos, pautadas na coletividade e no pertencimento a uma comunidade integrada, possibilita pensar outras formas de viver, diferentes dos preceitos individualistas e mercadológicos da sociedade capitalista.

Caldart (2001, p. 216) traz que,

Quando, nos assentamentos, os sem-terra buscam construir novas relações sociais de trabalho e novos formatos para a vida em comunidades do campo, afirmam uma cultura centrada no bem-estar da coletividade, e se contrapõem, portanto, à absolutização do indivíduo, que é característica dominante da sociedade capitalista – há outras possibilidades de como viver, e que há questões, saberes, afetos e relações de outra ordem, acontecendo não muito longe de um tipo de vida que consideravam como o único possível.

A formação dos homens e mulheres sem-terra se dá dentro das vivências da luta social, entranhado aos conceitos do movimento, e que torna esse um princípio educativo, que resgata a memória, o trabalho e a terra de uma vida cotidiana dentro de uma coletividade. Dessa forma, “a escola deve ser essencialmente prática, fornecendo conhecimentos capazes de influenciar no trabalho e na organização da nova vida. Ser um instrumento de continuidade da luta por meio das crianças, ensinando a elas “a realidade, o jeito deste mundão que tá aí”.” (Schwaab e Caldart, 1990, p. 18).

É por meio da luta pela reforma agrária e por seus direitos, que a identidade do trabalhador rural sem-terra vai sendo formada, constituindo-se dentro de uma identidade comunitária e a partir do movimento social, que educa e forma sujeitos comprometidos com um projeto popular de desenvolvimento, tanto nos assentamentos como no país. Nesse sentido, Baldi e Orso (2013, p. 281) afirma que

... o ensino parte da prática dos assentamentos/acampamentos, integrando o currículo, o conhecimento científico da realidade à luta concreta, ao saber prático. A escola atua no desenvolvimento cultural do assentamento não restringindo a ação ao interior da sala de aula. Além disso, investe na capacitação dos professores, implementando programas específicos para os que trabalham nas escolas do Movimento.

As escolas pertencentes ao MST extrapolam a ideia de uma escola no sentido tradicional do termo ao estarem fundidas à dinâmica formativa do movimento. Assim, é fundamentando-se nas relações do homem com a realidade, com o movimento social, resultantes de estar neles e com eles, por meio de atos de criação, de recriação e de decisão, o sujeito vai dinamizando o seu mundo, humanizando-o e humanizando a si próprio, e formando-se como sujeito sem-terra.

Referências

Arroyo, M. G., & Fernandes, B. M. (1999). *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n. 2.

Baldi, F., & Orso, P. J. (2013). Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – MST- educação em movimento. *Revista HISTEDBR On-line*, (50), 275-285. <https://doi.org/10.20396/rho.v13i50.8640308>

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. (1964). *Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências*. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm

Caldart, R. S. (2001). O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, 15(43). <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>

Caldart, R. S. (2000a). *A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo*. Reunião Anual da ANPED, Porto Alegre: 23.

Caldart, R. S. (2000b). *Pedagogia do movimento sem-terra: escola e mais que escola*. Petrópolis – RJ: Vozes.

Fernandes, B. M. (2008). O MST e as Reformas Agrárias do Brasil. OSAL: Observatório Social de América Latina, Ano 9, n. 24, p. 73-85.

Freire, P. (2014). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 49 ed. São Paulo: Paz e Terra.

Gohn, M. G. (1997). *Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.

Mariano, A. (2019). Pedagogia da resistência e o projeto educativo das escolas do MST. In Cássio, F. (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar* (pp. 175-180). São Paulo: Boitempo

MST. (1991). *O que queremos com as escolas dos assentamentos*. Caderno de Formação n. 18.

Neto, L. B. (2016). *Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo*. Uberlândia: Navegando Publicações.

Schwaab, B., & Caldart, R.S. (1990). *Nossa luta é nossa escola: a educação das crianças nos acampamentos e assentamentos*. Cartilha FUNDEP/DER/MST RS.

ⁱ O artigo em questão foi realizado no momento da pesquisa bibliográfica de uma pesquisa de mestrado em curso, em que se buscou compreender o princípio formativo para além da lógica do mercado, vislumbrando outras possibilidades de se pensar a educação.

ⁱⁱ Atualmente, o Movimento Sem-terra já tem mais de quatro décadas de lutas, com mais de 450 mil famílias que conquistaram o seu direito à terra.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 27/01/2022

Aprovado em: 03/09/2022

Publicado em: 19/12/2022

Received on January 27th, 2022

Accepted on September 09th, 2022

Published on December, 19th, 2022

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Pelegrini, M. D., & Pereira, M. S. F. (2022). O Papel da Educação na Formação da Identidade do Sujeito Sem-Terra. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e13824. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13824>

ABNT

PELEGRINI, M. D.; PEREIRA, M. S. F. O Papel da Educação na Formação da Identidade do Sujeito Sem-Terra. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 7, e13824, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13824>